



**QUESTÃO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** reflexões e  
tendências no contexto brasileiro

**SOCIAL QUESTION AND SOCIAL ASSISTANCE POLICY:** reflections and trends in  
the Brazilian context

**Talila Arrais Amorim**

**Universidade Federal do Piauí (UFPI)**

**RESUMO**

O presente artigo, de cunho bibliográfico, propõe-se a realizar uma análise sucinta sobre a categoria questão social no contexto brasileiro, bem como refletir acerca da Política de Assistência Social, na tentativa de apontar alguns direcionamentos e tendências dessa política diante do “enfrentamento” das manifestações da “questão social” na conjuntura atual marcada pela crescente retração do Estado, crise do capital, desmonte de direitos e recorte neoliberal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão social. Política de assistência social. Neoliberal.

**ABSTRACT**

This article, a bibliographic character, proposes to carry out a brief analysis on the category social questions in the Brazilian context, as well as to reflect on the Social Assistance Policy in an attempt to point out some directions and trends of this policy in the face of the “confrontation” of the manifestations of the “social question” in the current conjuncture marked by the growing retraction of state capital crisis, dismantling of rights and neoliberal approach.

**KEYWORDS:** Social issues. Social assistance policy. Neoliberal.

## **1 INTRODUÇÃO**

O cenário mundial sofreu transformações ao longo do século XX. Tal movimento intenso de mudanças contribuiu para o perecimento de alguns conceitos e relações, entre esses: Estado nacional, capitalismo vs socialismo, centro vs periferia, países dependentes vs dominantes; os mesmos não conseguem responder à realidade imposta. A globalização, segundo Boaventura dos Santos (2002), fenômeno multifacetado possibilitou a mundialização dos processos e relações sociais, bem como o alastramento dos problemas ocasionados por esse fenômeno.

Transversal a esse contexto, o capitalismo, que anteriormente se organizava em moldes nacionais, e em sua outra fase com características imperialistas, atinge nesse momento

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

*“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”*

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



uma escala global, a globalização proporciona um desenraizamento do capital: uma sociedade capitalista global.

Dessa forma, com o declínio dos Estados-nações, colocando-se sob relevo o esvaziamento e a desterritorialização dos capitais, fez-se necessário, ao âmbito governamental, adaptar-se à dinâmica empresarial; o que se constata é o “esforço” do Estado em se apropriar de características mercantis, a tendência é substituir a intervenção estatal pela de mercado, visando otimizar recursos nas suas ações públicas.

Iamamoto (2010) afirma que nessa conjuntura o “Estado tem o papel-chave de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção” (IAMAMATO, 2010, p. 120). A autora revela que a mundialização da economia está interligada aos grupos industriais, que se associam a instituições financeiras; a produção não se limita a peças físicas e, sim, a dinheiro, investimentos e fundos, uma produção invisível, um capital fictício.

No cenário de capital mundializado, as expressões da questão social se aferrem, “o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego” (CASTEL, 2002, p. 514). Outros processos cruéis são frutos dos rebatimentos dessa condição: precarização do trabalho, perda de direitos trabalhistas e sociais, terceirização, exclusão social, violência, pobreza extrema, discriminação, entre outros.

As discussões teóricas mais recentes no que se refere as políticas sociais, situam tais políticas no contexto da concretização de direitos sociais encampados pelo Estado moderno, como resultado da luta entre as classes burguesa e proletária; a constituição delas se dá no contexto binomial de lutas que se formaram no desenvolvimento do sistema capitalista (BERHING & BOSCHETTI, 2007).

Ao mesmo tempo em que as políticas sociais constituem terreno de efetivação de direitos sociais e espaço de luta pela cidadania, caracterizam-se, também, como instrumento de manipulação do capitalismo, sendo utilizado por esse apenas para a atenuação das expressões da questão social, já que se pode afirmar que a miséria gera lucros para o ideário neoliberal.

Nesta sequência, a mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, trazendo as diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho, descaracterizando a cidadania ao associá-la ao consumo e à posse de mercadorias. Mundializa-se o capital, globaliza-se a “questão social”.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a categoria “questão social”, frente à mundialização do capital e às tendências neoliberais, realizando para isso uma análise dessa categoria no cenário brasileiro, acreditando ser importante esse esforço para



entender a constituição das políticas sociais no Brasil. O texto se propõe também a relacionar “questão social” com a constituição da Política de Assistência Social brasileira, na tentativa de apontar alguns direcionamentos dessa política no cenário de crise, retração do Estado e recorte neoliberal.

O trabalho se caracteriza como de cunho bibliográfico, tratando-se de uma revisão de literatura. O mesmo tem como aporte a produção teórica existente a respeito das temáticas discutidas, articulando diretamente com o conhecimento de estudiosos na área das categorias principais abordadas. Cabe ressaltar que a pesquisadora desenvolve atividades profissionais no Centro Especializado em Assistência Social que compõem a Política de Assistência Social; assim, o presente artigo teve sua construção motivada a partir dessas vivências profissionais e ao se perceber a necessidade do debate teórico mais aprofundado, na tentativa de contribuir para uma prática profissional mais adequada e possibilitar dissolver as inconsistências.

## 2 QUESTÃO SOCIAL: histórico e reflexão sobre o cenário brasileiro

Por questão social se entende que:

[...] é o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21).

José Paulo Netto (2001) aponta que a expressão “questão social” começa a ser utilizada no terceiro decênio do século XIX. Para o autor, a expressão surge para explicar o fenômeno do pauperismo inglês ocasionado pela constituição da industrialização no país. Nesse contexto, “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42).

Com a análise proposta por Marx em “O Capital”, a teorização em torno da expressão “questão social” se adensa e a reflexão marxiana permite compreendê-la levando em consideração suas causas de forma complexa, como a categoria exige, colocando em relevo a análise das suas expressões.

Entretanto, para Wanderley (2008), para se analisar a expressão “questão social” no contexto latino-americano e brasileiro, faz-se necessário um resgate histórico. Para o autor, a “questão social” foi “imposta pelos colonizadores por meio do pacto colonial, e segue dirigida por meio do pacto de dominação burguesa” (WANDERLEY, 2008, p.60).



Nesse sentido, o autor parte da perspectiva de que a problematização necessita ir além daquelas imbricadas ao conceito de questão social “nos marcos do capitalismo” (IDEM, p. 60-62). De acordo com Wanderley (2008), a questão social latino-americana tem suas peculiaridades e se diferencia do ocorrido na realidade europeia; portanto, necessita ser analisada de forma distinta. Apesar de ter seu surgimento relacionado com a implantação do capitalismo industrial, ela é condicionada severamente ao contexto histórico-cultural latino, leia-se, impacto e consequência da invasão europeia no continente latino-americano. Como afirma Galeano, a “América Latina é a região das veias abertas”. A história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. (GALEANO, 2000, p.12)

Nesta perspectiva e levando em consideração as peculiaridades do cenário brasileiro, acreditamos que os fatores históricos contribuem para que as expressões da “questão social” no Brasil se apresentem de forma avassaladora; contudo, não se pode perder de vista que a “questão social” de fato está imbricada ao desenvolvimento do capitalismo. Neste seguimento, pontuaremos alguns aspectos da “questão social” brasileira a partir da relação capital vs trabalho, bem como as análises atuais sobre uma possível nova questão social.

De acordo com Cerqueira Filho (1982), a “questão social” se coloca como problema, no Brasil, no final do século XIX, período caracterizado pela transição da mão de obra escrava para a assalariada, início do processo industrial no país e, com isso, o aparecimento da classe dos trabalhadores operários.

Ianni (1996) ressalta que a “questão social” já existia em outros períodos, tanto no período de tentativa de escravidão indígena, já que eles não aceitaram de forma pacífica; como no período da escravidão negra. Havia, nesses dois momentos, uma questão social. O autor reflete que na escravidão negra a “questão social estava posta de modo aberto, transparente” (IDEM, p. 88). No entanto, nesse contexto não existia a possibilidade de negociação e o sujeito escravo não possuía a autonomia de trabalhador para responder sobre si.

Nesta lógica, o autor coloca que apenas após a abolição da escravidão e a constituição de um regime de trabalho livre que possibilitou um movimento permeado de contradições, mas também de debate, controle, negociação e, especialmente, de enfretamento social, é que a questão social passa a ser um ingrediente do cotidiano. Só se torna “questão social” quando se torna pública, quando o grupo resiste.

Desta feita, a questão social no Brasil foi, por muito tempo, considerada caso de polícia, ilegal e questão de caráter moral; em destaque o ranço do paternalismo e das relações



de favor inerentes à sociedade brasileira da época (e afirmamos que também da realidade atual). É somente a partir da década de 1930 que a questão social se legitima e se torna caso de política.

Para Cerqueira Filho (1982), após 1930, no Governo Vargas, a “questão social” é reconhecida como legítima; o Estado intervém nas questões trabalhistas, culminando com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943. O autor coloca que o tratamento dessa questão não poderia mais se resumir a chamar a polícia; assim as forças dominantes, visando um controle maior e com o respaldo estatal, politizam a questão social, “temos, assim, o reconhecimento explícito da questão social, e implícito da classe operária” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 75).

No entanto, na ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1945, a “questão social” se torna caso de polícia; porém, continua legítima, tornando-se de fato uma questão legal, nesse período a representação dessa questão se dá especificamente no meio urbano.

O que se percebe nesse momento é que as contradições nunca chegaram a ser antagônicas, as lutas dos trabalhadores, mesmo legitimadas pelos sindicatos, não aconteciam de maneira insurgente; a construção do movimento sindical se constitui de forma atrelada a categorias profissionais e de maneira corporativa.

No período do governo Kubitschek, período desenvolvimentista, a “questão social” fica em segundo plano; já no período de ditadura militar, com a suspensão de direitos políticos e civis, centram-se em desenvolvimento de políticas públicas, em especial as sociais, para que a população se anestesie e permaneça apoiando o discurso político dos militares.

Frente a esse terreno ditatorial e com a crise estrutural do capitalismo, crise cíclica na segunda metade dos anos 70, que gerou novos modelos de acumulação/reestruturação produtiva e modelos de regulação social/neoliberalismo, crise fiscal do Estado e do *Welfare State*, os impactos dessas mudanças serão sentidos nas décadas seguintes, especificamente no reordenamento das políticas públicas.

A partir da década de 80, recorte histórico no qual o presente artigo se focaliza, Behring (2016) aponta que “em contexto de crise do capital, todos os países capitalistas de norte a sul do globo seguiram orientações do Banco Mundial e instituíram contrarreformas” (BEHRING, 2016, p. 122), a maioria dos países se reorganizou sob as tendências neoliberais, as reformas, no entanto mantém ou pioram a situação existente.

Para Pereira (2010), a partir dos anos 80 se desenhou um conjunto de mudanças estruturais, em escala planetária, o neoliberalismo vigente utilizou o impacto dessas mudanças

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



de maneira utilitária, redesenhando e desmontando conquistas sociais e compromissos firmados pelo Estado diante da classe trabalhadora e da sociedade.

As políticas sociais, no Brasil, que buscavam responder as expressões da questão social caracterizadas pela centralização decisória e financeira na esfera federal e a fragmentação institucional, comprometeram o desenvolvimento das políticas sociais. No entanto, é nesse período, também marcado pela redemocratização política, que a pressão popular e a organização dos movimentos sociais contribuíram de maneira central nas mudanças no desenho das políticas sociais, possibilitando a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, com ela, a legitimação das políticas sociais sob o tripé da Seguridade Social: saúde, previdência social e assistência.

Entretanto, para Dagnino (2005) o projeto neoliberal se apropria do potencial transformador do discurso dos movimentos sociais, apropriando-se e ressignificando (Confluência Perversa e Crise Discursiva) os principais referenciais do modelo democrático: descentralização, participação, rede, parceria, etc.

A disputa entre o projeto neoliberal e o projeto das lutas de classes se torna cada vez mais acirrada, e é na década de 90, com a escolha direta por um governo “socialdemocrata”, mas que legisla com a mão neoliberal forte, que as conquistas garantidas pela CF de 1988 vão se adaptando ao consenso neoliberal. O Estado se retrai e passa a responder ao capital.

Nessa perspectiva, o Estado neoliberal trata a “questão social” de maneira fragmentada. Diante disso, os trabalhadores são penalizados; no entanto, outros grupos, considerados “invisíveis”, sobretudo o exército de reserva e a camada lazarenta, são excluídos e colocados à margem das relações sociais. A pobreza aumenta exponencialmente e, em consequência disso, o país atinge níveis de desigualdade social alarmantes, que vão de encontro à cidadania conquistada através dos direitos legitimados pós constituição. Diante dessa conjuntura, o que se constata é a exponenciação da “questão social”.

Assim, as mudanças ocasionadas pelo capitalismo levam alguns autores a acreditarem no surgimento de uma nova questão social – a exclusão social. Contudo, para analisar esse novo contexto se faz necessário pensar a questão social sem vê-la como total novidade e, ao mesmo tempo, sem naturalizá-la como problemas que sempre existiram e sempre existirão.

Pastorinni (2004) reflete que levando em consideração a relação dialética entre o antigo e o novo, a autora entende que só seria possível afirmar que existe uma “nova questão social”, diferente da que surge no século XIX, se a antiga não existisse mais, seja porque foi superada ou resolvida.



No entanto, a questão social fincada na relação capital vs trabalho não foi superada, a novidade trazida são as novas formas que essa “questão social” se expressa, os diferentes estágios do capitalismo produzem distintas manifestações da “questão social”, no presente estágio a “questão social” se manifesta pelo desemprego, violência, além das questões urbanas, de gênero, lutas rurais e dos homoafetivos, ect. (PASTORINNI, 2004)

Diante do exposto, apontaremos no próximo capítulo as principais tendências da Política de Assistência Social no Brasil frente à realidade neoliberal e de Estado mínimo, na tentativa de analisar de que forma essa política pública vem enfrentando as expressões da questão social brasileira e respondendo ao projeto hegemônico simultaneamente.

### 3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA NO CONTEXTO NEOLIBERAL E O “ENFRENTAMENTO” DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”

O debate em torno da “questão social” nos remete para a necessidade de problematizar e analisar de forma crítica a constituição e o desenvolvimento das políticas sociais contemporâneas. Neste tópico colocaremos em destaque uma breve análise da Política de Assistência Social Brasileira pós-Constituição Federal de 1988, política social permeada pelo impacto das consequências da mundialização e crise do capital, colapso do *Welfare State* (cabe ressaltar que esse não se realizou de fato em solo brasileiro), bem como da retração do Estado aos moldes neoliberais.

O capital financeiro colocou em crise o Estado capitalista na medida em que, o mesmo gerou a necessidade de um novo modelo de regulação estatal que permitisse a plena expansão do capital (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). A crise se expressa: no colapso financeiro e fiscal dos países capitalistas, na redução da eficácia e da eficiência da ação estatal e na desarticulação dos sistemas de proteção social.

A nova dinâmica de acumulação capitalista entrou em conflito com o intervencionismo estruturado pelos regimes de *Welfare State*. Pois, na medida em que o investimento financeiro passou a adquirir centralidade no contexto econômico mundial, foram exigidas novas formas de regulação estatal que garantissem o pleno desenvolvimento do capital especulativo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Nesta perspectiva, a proposta neoliberal é cortar os gastos públicos, argumentando em benefício da redução do papel do Estado e de suas funções no campo social, comprometendo

# II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



a alocação de recursos no âmbito das políticas sociais, provocado um processo de desmonte nos incipientes aparatos dos sistemas de proteção social latino-americanos. Estado mínimo para o trabalho e máximo para capital (NETTO; BRAZ, 2006);

Diante desse prisma, o desenvolvimento das políticas sociais não pode ser compreendido como um processo linear, de conotação exclusivamente positiva ou negativa. Pelo contrário, ele se mostra simultaneamente positivo e negativo, porque pode beneficiar interesses antagônicos conforme a direção das disputas de poder e a correlação de forças prevalentes (PEREIRA, 2008).

Destarte, a disputa de poder entre os dois projetos antagônicos (neoliberal e o democrático), e a efervescência dos movimentos sociais da época pressionou o Estado vigente para a construção de políticas e legislações sociais nas quais prevalecessem características imbricadas na cidadania. A partir da promulgação da Constituição de 1988, que tem como um dos seus princípios o fortalecimento da cidadania, foi possível garantir legalmente, um aparato de proteção social.

Desta maneira, a Política de Assistência Social foi materializada na Constituição Federal – CF de 1988, através do sistema de Seguridade Social. A seguridade, nesta acepção, concatena três políticas sociais: Saúde, Assistência Social e Previdência. No que concerne a assistência social a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, promulgada apenas em 1993, mesmo com alguns artigos vetados, foi sem dúvida uma conquista e ampliação de direitos.

Entretanto, é a partir da década de 90, o que se constata é uma descentralização das políticas públicas. Segundo Arretche (2002), ocorre uma reforma no formato das políticas sociais, “quanto ao momento no tempo em que se deu início ao processo de descentralização de cada política social; quanto à transferência de funções, quanto à adesão das diferentes unidades de governo” (ARRETCHE, 2002, p. 34).

É nesse período, que podemos chamar no que se refere ao Brasil, de “a década neoliberal”, que mesmo com a materialização da Política de Assistência, através da CF, o que se observou foi o desmonte das políticas sociais, frente a um governo de forte cunho liberal; o que se percebeu foi a retirada do Estado e o repasse da responsabilidade para a sociedade civil, conseqüentemente, para a família.

Desse modo, diante dos retrocessos trazidos na Gestão Collor/Itamar e Fernando Henrique Cardoso, do recuo dos movimentos sociais, e da disseminação da ideologia neoliberal o “canto da sereia” destacado por Montaño (2014) ou as novas tendências da Política de Assistência Social se apresentam por meio: da atuação em redes seja intersetorial (entre políticas setoriais) e entre organizações (governamentais e não governamentais) e no





interior da política, regulação da parceria público/privado, chamamento à participação da família, incentivo ao empreendedorismo, economia solidária e o processo de refilantropização (rede socioassistencial com organizações não governamentais).

Cabe ressaltar que na Política de Assistência Social brasileira, as organizações não governamentais atuam como parte integrante da rede e não apenas como elemento complementar como nas demais políticas sociais.

Montaño (2014) aponta que os governos conceituados por ele como pós-neoliberais, governo de Lula e Dilma, apenas dão continuidade a lógica existente, repõem a manutenção da pobreza, agora administrada e controlada pelos programas de transferência de renda e de centralidade na família.

Contudo, é durante a gestão petista que a Política Nacional de Assistência Social é promulgada através da (Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004), a PNAS/2004 que “[...] expressa à materialidade do conteúdo da assistência social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (BRASIL, 2004, p.11); e o tão esperado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, de 2005, surgem como promessas na organização efetiva das ações da política.

No entanto, para Montaño (2014) os presidentes petistas aprofundaram seus laços com o “capital extrativista”, conseguindo conservar o apoio das massas justamente mediante aos programas de repasse de renda, focalizando na pobreza e não nas relações que a produz.

No que se refere ao governo atual, do presidente Temer o que se constata é um desmonte de direitos e um retrocesso pós-constituição. O plano temerário “Uma ponte para o futuro” recomendado propõe o congelamento do orçamento das políticas sociais através das PECS, e os movimentos sociais esfacelados não conseguem reagir as propostas absurdas e desonrosas, a sociedade assiste passivamente a desconstrução da democracia e dos poucos (conquistados por meio de lutas populares) direitos sociais garantidos constitucionalmente.

O plano “*A Travessia Social uma ponte para o futuro*” proposto pelo governo atual se concentra em três grandes eixos: desregulação do Estado, seletividade e focalização das políticas sociais (desmantelo das políticas universalizantes) e reforço da parceria público/privado.

Os ataques à sociedade e as políticas sociais brasileiras podem ser constatar nos seguintes trechos extraídos do Plano:

O Estado brasileiro expandiu demasiadamente as suas atribuições e acabou desabando sob seu próprio peso. Em qualquer horizonte razoável, o Estado terá que renunciar a funções de que hoje se ocupa, e terá mesmo que amputar partes de sua



arquitetura. Sem fazer isto, o crescimento econômico duradouro não será possível. No entanto, políticas e gastos para proteger os mais pobres e abrir para eles um caminho para as oportunidades da vida, precisam ser resguardados. (2016, p.5).

Assim, de acordo com o plano “o Estado terá que renunciar a funções de que hoje ocupa, e terá que amputar partes de sua arquitetura”, desta forma esse Estado “capenga” caminhará de forma arrastada no que se referem à ampliação de direitos, os membros amputados são justamente aqueles que operam as políticas sociais.

Dessa maneira, mesmo que a “questão social” tenha atingido o status de legítima, a repressão a ela, como caso de polícia, não deixa de existir, um exemplo disto são as emendas e alterações constitucionais que criminalizam os movimentos dos grevistas, estudantes, e outros movimentos sociais, que são enquadrados legalmente como “terroristas”.

Diante disso, fica claro que no Brasil, os direitos ainda são entendidos como concessão ou privilégios. Como destaca Benevides, é um país onde a representação acontece no sentido teatral, à representação do poder diante do povo e não o contrário. (BENEVIDES, 1992, p.12).

Assim, se faz necessário uma educação política, uma educação para uma cidadania ativa, para que se tenha acesso à informação concreta (e não a enxurrada de informações manipuladas) e a partir disso, se construa uma sociedade mais politizada, atenta e crítica.

## 4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, no presente artigo, que tem como propósito analisar a categoria “questão social” e refletir a cerca da Política de Assistência Social apontando algumas tendências atuais dessa política no “enfrentamento” das manifestações da “questão social”, conclui-se que o movimento em torno desse contexto permanece marcado por contrassensos de uma sociedade capitalista e desigual e seus rebatimentos.

As políticas sociais não são a face perversa, mas a face contraditória, que pode incluir cada vez mais, ou excluir conforme o poder de negociação e de pressão dos movimentos de classe e sociais, no cenário atual elas não serão capazes de superar a ordem social, não provocarão transformações ou revoluções estruturais.

Diante do exposto, compreende-se que mesmo com os avanços constitucionais (apesar de concretos), o cenário atual é marcado por “recuos”, o Estado trata a “questão social” de maneira fragmentada, ameaçando de maneira vil os direitos conquistados. Nessa lógica do



discurso do Estado progressivamente conservador e autoritário, as expressões da “questão social” vão intensificando-se de forma exponencial e sua superação nesse panorama torna-se mais distante ou utópica, mas não impossível, visto que a sociedade e suas relações estão constantemente em movimento.

## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Estado Federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. São Paulo: Revan, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742/1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 2. ed. Brasília: MPAS/SEAS, 2011.

BEHRING, R. E. **A política social no capitalismo tardio**. São Paulo, 6ª Edição: Editora Cortez, 2016.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BENEVIDES, Maria V. **Cidadania e democracia**. In: Lua Nova, 33. São Paulo, CEDEC, 1994.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DAGNINO, Evelina. (org). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

FILHO, Gisálio Cerqueira. **A questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IORE, J. L. **O vôo da coruja: para ler o desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <[http://pmdb.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://pmdb.org.br/wpcontent/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf)>



FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Travessia Social: Uma Ponte para o Futuro.** Disponível em: [http://veja.abril.com.br/complemento/pdf/TRAVESSIA%20SOCIAL%20-%20PMDB\\_LIVRETO\\_PNTE\\_PARA\\_O\\_FUTURO.pdf](http://veja.abril.com.br/complemento/pdf/TRAVESSIA%20SOCIAL%20-%20PMDB_LIVRETO_PNTE_PARA_O_FUTURO.pdf)

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina.** Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. Título original: Las venas abiertas de America Latina. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempos de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. **A ideia do Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

IANNI, Octávio. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica a economia política.** São Paulo. Editora Boitempo, 2000.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe Social e Movimento Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, C. **O Canto da Sereia: crítica à ideologia aos projetos do “Terceiro Setor”.** São Paulo: Cortez, 2014.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

NETTO, José P. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: Revista Temporalis, 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001, p.41 – 51.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006, p. 211-240.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In. SALES, Mione Apolinario; MATOS, Mauricio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de S. (org). **Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 2004.

WANDERLEY, Luis E. **A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho.** In: BÓGUS, Lúcia *et al.* (orgs). São Paulo: EDUC, 2008.